

ASPECTOS DO FATOR HABITACIONAL PARA A TRANSMISSÃO VERTICAL DA SÍFILIS: UMA REVISÃO DE ESCOPO

Tâmila Yasmim Lima Ferreira¹; Larisse Kelly Silva Barros²; Maria Júlia Alexandrino Oliveira³; Glória Cibele Bezerra Siqueira⁴; Maria Adelane Monteiro da Silva⁵

¹Curso de Enfermagem, CCS, UVA; tamilayasmim@gmail.com; ²Curso de Enfermagem, CCS, UVA;

³Mestranda em Saúde da Família, UFC; ⁴Graduada em Enfermagem, UVA; ⁵Docente/pesquisador do curso de Enfermagem, CCS, UVA. E-mail: adelanemonteiro@hotmail.com.

Resumo: A Sífilis Congênita origina-se da dispersão hematogênica da bactéria *Treponema pallidum*, quando a mãe infectada não faz o tratamento ou faz de forma inadequada, sendo transmitido via transplacentária para seu concepto. Pode ocasionar diversos desfechos negativos, como mortes fetais ou neonatais, nascimento prematuro, manifestações sistêmicas, como problemas odontológicos, oftalmológicos. Objetivou-se mapear as evidências científicas acerca das vulnerabilidades em saúde de mulheres à transmissão vertical da sífilis relacionada às condições de moradia. Tratou-se de uma revisão de escopo seguindo as diretrizes do Manual do *Joanna Briggs Institute*, realizada em maio de 2023. Identificaram-se nas bases de dados um total de 1.625 estudos. Amostra de 31 estudos incluídos. Desses, cinco abordam a moradia. Há três modalidades de habitação: os Sem-teto, instabilidade habitacional e coabitação de famílias. A habitação configura-se como um fator relevante a ser considerado durante o pré-natal por proporcionar uma suscetibilidade aumentada à transmissão vertical de sífilis.

Palavras-chave: Vulnerabilidade em Saúde; Sífilis congênita; Gestantes.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO(S)

A Sífilis corresponde a uma infecção causada pela bactéria *Treponema pallidum*, configurando-se como um problema de saúde exclusivo do ser humano, sendo responsável por manifestações sistêmicas, que quando não é tratada pode acarretar danos irreversíveis no organismo. Sua principal forma de transmissão ocorre via sexual, mediante o uso inconsistente de preservativos, e via vertical, quando a mãe com Sífilis Gestacional (SG) transmite para seu concepto (BRASIL, 2021). Logo, quando o bebê adquire essa condição de saúde, origina-se a Sífilis Congênita (SC). Esta última, origina-se da dispersão hematogênica da bactéria, quando a mãe infectada não faz o tratamento ou faz de forma inadequada, sendo transmitido via transplacentária para seu concepto em qualquer estágio clínico ou período gestacional (BRASIL, 2006). Sendo assim, configura-se como um problema de saúde pública evitável que pode ocasionar diversos desfechos negativos, como mortes fetais ou neonatais, nascimento prematuro e manifestações sistêmicas, como problemas odontológicos, oftalmológicos, dermatológicos e laboratoriais (OZELAME *et al.*, 2020). Segundo o Boletim Epidemiológico de 2021, em 2020 o Brasil atingiu o total de 22.065 casos de sífilis congênita (taxa de incidência de 7,7/1.000 nascidos vivos) e 186 óbitos por sífilis congênita (taxa de mortalidade de 6,5/100.000 nascidos vivos) (BRASIL, 2021). Isso suscita a necessidade da fomentação de ações estratégicas. Posto isso, considerando que fatores maternos, em suas variadas dimensões, podem contribuir para o desenrolar desse agravo, é imprescindível

identificá-los. Portanto, é possível discutir a transmissão vertical de sífilis sob a ótica da Vulnerabilidade em Saúde (VS), que corresponde aos diferentes graus a qual o indivíduo está suscetível a algum problema ou agravo à saúde mediante os aspectos individuais, sociais e programáticos/saúde em que o sujeito está inserido (AYRES *et al.*, 2009). Segundo Florêncio e Moreira (2021), a VS pode ser debatida por intermédio dos elementos sujeito-social. O sujeito é caracterizado pelas relações intersubjetivas, enquanto o social, compreende as relações interpessoais. Esses elementos são ainda categorizados em conceitos e subconceitos, que permitem a identificação da vulnerabilidade quando elas ocorrem. A situação socioeconômica é um conceito inserido no elemento social e compreende as características econômicas, educativas e trabalhistas do sujeito. A partir dele, pode-se debater sobre a perspectiva da moradia, um de seus subconceitos, que relaciona-se à habitação, na qual pode ser materializada ou não, já que a rua pode ser considerada moradia (FLORENCIO; MOREIRA, 2021). Discutir o fator da moradia é buscar compreender aspectos de vulnerabilidade relacionados à habitação que influenciam para o desfecho da SC. Logo, é imperioso identificar quais as VS relacionadas à moradia, em gestantes com sífilis que contribuem para a SC, dado que é um fator pouco considerado, mas de muita relevância. Ao identificá-las, é possível o desenvolvimento de ações estratégicas. Assim, objetiva-se mapear as evidências científicas acerca das vulnerabilidades em saúde de mulheres à transmissão vertical da sífilis relacionadas às condições de moradia.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de escopo seguindo as diretrizes do Manual do *Joanna Briggs Institute* realizada em maio de 2023, tendo o protocolo registrado na plataforma *Open Science Framework* sob o DOI <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/JBMER>. A pergunta de pesquisa foi elaborada mediante o acrônimo mnemônico PCC, sendo o P - População, C - Conceito, C - Contexto. Logo, para a busca definiu-se P - Transmissão vertical de sífilis congênita, C - Vulnerabilidade, e C - optou-se por não considerar este acrônimo na estratégia de busca, tendo em vista que as bases de dados utilizadas indexam estudos da área da saúde. Assim, estabeleceu-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os elementos caracterizadores de vulnerabilidade da gestante à transmissão da sífilis congênita? Os critérios de elegibilidade consistiram em tratar dos elementos caracterizadores de vulnerabilidade da gestante à transmissão vertical de sífilis congênita. Excluíram-se os artigos de opinião e carta ao editor. Consultou-se as bases de dados: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* via PubMed (MEDLINE/PubMed), *Literatura Latinoamericana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *Scopus*, *Web of Science* e *Embase*. As buscas aconteceram no dia 05 de maio de 2023 e não houve restrição dos estudos quanto ao idioma e período. A apuração dos estudos ocorreu em duas etapas de seleção: 1 - Leitura do título e resumo dos estudos identificados através da estratégia de busca, 2 - Leitura completa dos estudos pré-selecionados no nível anterior. Após isso, verificou-se a lista de referência dos artigos selecionados para o estudo final. Esse processo foi realizado por dois revisores independentes que utilizaram o software *Rayyan*. Ainda buscou-se literatura cinzenta. Os dados foram tabulados no Excel e no Word contendo as seguintes variáveis: Título, Autores, Ano de publicação, País, Tipo de Estudo, População/amostra, Objetivo, método, principais achados e vulnerabilidades encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAU

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Identificou-se nas bases de dados um total de 1.625 estudos. Removeu-se 584 estudos por duplicidade, totalizando 1.041 para leitura de título e resumo. Posteriormente, investigou-se os que respondiam à pergunta de pesquisa, excluindo-se 37 estudos, resultando em 31 artigos elegíveis para leitura. Estes, foram analisados conforme os critérios de inclusão e, com isso, 15 artigos fizeram parte da amostra final. Somado a isso, encontrou-se nove estudos na lista de referência e sete literatura cinzenta. Totalizando uma amostra de 31 estudos incluídos. Desses, cinco abordavam sobre a questão da moradia. O período de publicação variou entre 2016 e 2018, havendo destaque no ano de 2018 com (n=2) 6,45% dos estudos, seguido de 2016, 2021 e 2022 com (n=1) 3,22%. Com relação aos países, o Estados Unidos teve visibilidade nas produções científicas com (n= 4) 12,90%, seguido pelo Brasil com (n=1) 3,22%. Cerca de (n=2) 6,45% dos artigos eram estudos qualitativos, seguido de reflexivo, ensaio clínico e caso-controle com (n=1) 3,22%. O Quadro 1 demonstra a caracterização desses estudos.

Quadro 1 - Caracterização dos estudos selecionados, Sobral, Ceará, Brasil, 2023.

COD.	AUTOR / ANO	PAÍS	DESENHO	VS
1	PORTER, S.; QURESHI, R.; BENENSON, I. 2018	Estados Unidos	Reflexivo analítico	<ul style="list-style-type: none"> Falta de moradia ou instabilidade habitacional;
2	HARVILLE, E. W. <i>et al.</i> 2021	Estado Unidos	Ensaio clínico	<ul style="list-style-type: none"> Falta de moradia;
3	WAGMAN, J. A. <i>et al.</i> 2022	Estados Unidos	Qualitativo	<ul style="list-style-type: none"> Falta de moradia;
4	DIORIO, D.; KROEGER, K.; ROSS, A. 2018	Estados Unidos	Qualitativo descritivo	<ul style="list-style-type: none"> Sem teto; Instabilidade Habitacional;
5	MENDES, I. C. 2016	Brasil	Dissertação de mestrado: Estudo observacional, correlacional do tipo caso-controle.	<ul style="list-style-type: none"> Vivendo em situação de rua; Vivendo em casa de familiares; Mudança frequente de domicílio;

Fonte: As autoras.

Observou-se que os Determinantes Sociais da Saúde - DSS, como os fatores socioeconômicos e comportamentais podem favorecer o estabelecimento de doenças. Aspectos como baixa renda e escolaridade, por exemplo, podem aumentar a suscetibilidade para o adoecimento. Isso ocorre devido a baixa procura por serviço de saúde e a falta de conhecimento das formas de prevenção e/ou tratamento (BARROZO, 2020). A pesquisa evidenciou três modalidades de habitação: pessoas em situação de rua, instabilidade habitacional e coabitação de famílias. A figura 1 apresenta os fatores contribuintes para a SC.



Figura 1 - Aspectos habitacionais que contribuem para a SC. Sobral, Ceará, Brasil, 2023.
Fonte: As autoras.

As pessoas que se encontram em situação de rua são definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como pessoas heterogêneas que comumente não possuem vínculos familiares e vivem em logradouros e praças (BRASIL, 2009). Estes apresentam-se mais vulneráveis a contrair alguma Infecção Sexualmente Transmissível - IST, devido fatores, como múltiplos parceiros, uso de drogas ilícitas, uso inconsistente de preservativos (SANTOS; FARIA, 2022). Isso é corroborado por Resende, Teixeira e Rocha (2021) que relataram a prevalência de 17,5% de infecção por sífilis adquirida nessa população. Já a instabilidade habitacional corresponde à mudança frequente de moradia, devido à criminalidade do território ou a dificuldade para pagar o aluguel. Esse aspecto influencia negativamente na saúde do indivíduo, já que coopera para a descontinuidade assistencial, a dificuldade para o novo acesso aos serviços de saúde e fragmentação do cuidado anterior (GUERREIRO, 2020). Ainda há a coabitação voluntária que surge como uma estratégia de famílias com baixa renda para poder lidar com ônus excessivo dos aluguéis. Observou-se a inadequação domiciliar decorrente do agrupamento excessivo de moradores, falta de infraestrutura, como iluminação, rede de esgotamento. Somado a isso, muitos não têm acesso a serviços de saúde e/ou vigilância domiciliar (PASTERMARK, 2016). Sendo assim, observa-se que embora a questão da moradia não seja amplamente discutida, como as demais VS, é um fator que precisa de um olhar ampliado tendo em vista os potenciais agravos que podem ocasionar, em especial a transmissão vertical da Sífilis. O profissional de saúde compreendendo o impacto dessa vulnerabilidade sob a gestação durante consulta de pré-natal poderá elaborar estratégias e ações a fim de mitigar os potenciais riscos para a transmissão vertical da sífilis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se o impacto da moradia como vulnerabilidade para transmissão vertical da sífilis, configurando-se como um fator relevante a ser considerado durante o pré-natal por proporcionar uma suscetibilidade aumentada aos agravos à saúde. Logo, evidencia-se a necessidade de que mais estudos sejam produzidos a fim de compreender de forma aprofundada as vulnerabilidades que cercam a gestante com sífilis, viabilizando, assim, que instrumentos possam ser desenvolvidos, com o propósito auxiliar os profissionais da saúde na identificação dessas vulnerabilidades e na atuação sob esses fatores.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



AGRADECIMENTOS

À Funcap, pelo seu investimento no Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização BPI, pelo o auxílio financeiro, que proporciona um incentivo ao ingresso nessa área. À Prof^ª. Dr^ª. Maria Adelane Monteiro da Silva que contribuiu com conhecimentos e orientações para o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R. C. M. *et al.* **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios.** In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.* 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.
- BARROZO, L. V. **Fatores socioeconômicos e saúde.** USP. 2020. Disponível em: <https://espacourbanoesaude.iea.usp.br/fatores-socioeconomicos-e-saude/>. Acesso em: 28 out. 2023.
- BRASIL. **Sífilis: 2021 Boletim Epidemiológico.** Secretaria de Vigilância em Saúde. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim_sifilis-2021_internet.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Manual técnico para o diagnóstico da sífilis** 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2021/manual-tecnico-para-o-diagnostico-da-sifilis>. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. **Diretrizes para controle da sífilis congênita: manual de bolso.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sifilis_bolso.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.
- FLORÊNCIO, R. S.; MOREIRA, T. M. M. Modelo de vulnerabilidade em saúde: esclarecimento conceitual na perspectiva do sujeito-social. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE00353, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/j5R4zLdBMPzwyPjKqYRHsFz/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 25 out. 2023.
- GUERREIRO, I. de A. O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 49, p. 729–756, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/sms3rDDght4JH6DSnNCj7RH/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 28 out. 2023.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



OZELAME, J. E. E. P. *et al.* Vulnerabilidade à sífilis gestacional e congênita: uma análise de 11 anos. **Rev enferm UERJ**. Rio de Janeiro, p. 28:e50487, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/01/1145487/vulnerabilidade-a-sifilis-gestacional-en.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

PASTERNAK, S. Habitação e saúde. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 30, n. 86, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CHFxfxZBNt7kyDWRtSfXQFF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2023.

RESENDE, A. V. S.; TEIXEIRA, K. S.; ROCHA, S. H. D. N. Prevalência de Sífilis, HIV e Hepatites B e C em pacientes atendidos por uma equipe do Consultório na Rua do Distrito Federal. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.6, p. 25634-25645, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/kpm6ipllhva5rg66ulpzmfto3i/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/download/39790/pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

SANTOS, B. S.; FARIA, M. F. Vulnerabilidade de moradoras de rua à infecções sexualmente transmissíveis. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.5, p.40903-40918, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/index.php/BRJD/article/download/48566/pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.